

312/1998/006/2007



Bursa

ExmoSr. Presidente da Câmara Normativa e Recursal do COPAM

L-2002

Referência: COPAM/PA/Nº 317/1998/006/2007
Auto de Infração Nº F - 316/2007

INTERCAST S/A, sociedade estabelecida à Rodovia MG 050, Km 56,3, Distrito Industrial no município de Itaúna/MG, CEP 35680-108, CNPJ: 02.326.750/0001-83, por seu procurador infra-assinado, vem respeitosamente, à presença de V.Exa, com fundamento no Decreto Estadual Nº 44.844, de 25 de junho de 2008 e Lei Nº 14.184, de 30 de janeiro de 2002, apresentar suas razões de RECURSO, a decisão proferida pela FEAM no Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 317/1998/006/2007, referente ao auto de Auto de infração: Nº F - 316/2007, com os fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS

A empresa INTERCAST S/A, foi multada através do Auto de Infração Nº 316/2007, como incurso no inciso I, do artigo 87, do Decreto nº 44.309/96, por ter cometido a seguinte irregularidade, verbis:

"Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:

I - descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental - Pena: multa simples; ou multa simples e embargo de obra; ou multa simples e demolição de obra; ou multa simples e suspensão de atividades nas hipóteses de descumprimento de condicionante da licença de operação;"

O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado e após aplicação de penalidades, a empresa apresentou tempestivamente, sua defesa.

A defesa apresentada após exame da FEAM, que decidiu em 06/12/2011, pelo indeferimento(cópia anexa), porém com alteração do valor da multa considerando o disposto no art. 96 do Decreto nº 44.844/08, conforme parecer jurídico.

Pela leitura dos autos, nota-se que não foi constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, as cinco mil toneladas de areia já foram depositadas no aterro industrial e que o empreendimento atualmente encontra-se ambientalmente regular.

DA TEMPESTIVIDADE

A notificação ocorreu no dia 09/05/2012, portanto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, como preceitua o art. 43, do Decreto Nº 44.844/2008.

CONCLUSÃO

Considerando que **não houve comprovação de poluição ou degradação ambiental**, a multa a ser aplicada como incurso no inciso I, do artigo 86, do Decreto nº 44.309/96, por ter cometido a seguinte irregularidade, verbis:

**Art. 86. São consideradas infrações graves:*

*I - descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental - Pena: multa simples, ou multa simples e embargo da atividade ou obra em implantação; ou multa simples, embargo e demolição de obras e das atividades em implantação; ou multa simples e demolição de obra em implantação; ou multa simples e suspensão da atividade em operação; ou multa simples, suspensão de atividades e demolição de obras das atividades em operação; e, quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;**

Considerando o disposto no inciso I – atenuantes: a), c) e e) do artigo 68 e artigo 69 ambos do Decreto nº 44.844/08, verbis:

**Art. 68. Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:*

I - atenuantes:

a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de





reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

c) menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;

Art. 69. As atenuantes e agravantes incidirão, cumulativamente, sobre o valor-base da multa, desde que não implique a elevação do valor da multa a mais de cinquenta por cento do limite superior da faixa correspondente da multa, nem a redução do seu valor a menos de cinquenta por cento do valor mínimo da faixa correspondente da multa."

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência que seja acatado o presente recurso, com aplicação da multa de infração grave, prevista inciso I, do artigo 86, do Decreto nº 44.309/96, por no valor de R\$ 10.001,00 (dez mil e um reais), com redução de 50º devido as atenuantes, como preconiza os artigos 68, 69, 83 e 96 do decreto 44.844/08.

Termos em que, pede deferimento.

Itaúna, 06 de junho 2012.


Cristiano Dias Carneiro
OAB/MG 44.001